



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

CADERNO DE ENCARGOS

«LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCOS PARA O ANO DE 2022»



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

CAPÍTULO I | Disposições Gerais

Cláusula 1ª | Objeto

Cláusula 2ª | Contrato

Cláusula 3ª | Prazo de execução do Contrato

CAPÍTULO II | Obrigações Contratuais

Secção I | Obrigações do locador

Cláusula 4ª | Obrigações principais do locador

Cláusula 5ª | Conformidade e garantia técnica

Secção II | Obrigações do Município de Vila do Conde

Cláusula 6ª | Preço base e preço contratual

Cláusula 7ª | Condições de pagamento

Cláusula 8ª | Seguros

CAPÍTULO III | Penalidades contratuais e Resolução

Cláusula 9ª | Penalidades contratuais

Cláusula 10ª | Força maior

Cláusula 11ª | Resolução por parte do Município de Vila do Conde

CAPÍTULO IV | Resolução de litígios

Cláusula 12ª | Foro competente

CAPÍTULO V | Disposições finais

Cláusula 13ª | Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 14ª | Comunicações e notificações

Cláusula 15ª | Contagem dos prazos

Cláusula 16ª | Legislação aplicável

ANEXO I – Especificações técnicas



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Capítulo I | Disposições gerais

Cláusula 1.^a | Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **"LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCOS PARA O ANO DE 2022"**, em conformidade com as características e especificações técnicas constantes do presente Caderno de Encargos e do anexo I.

Cláusula 2.^a | Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão e contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª | Prazo de execução do contrato

O contrato vigorará no período compreendido entre a data de celebração do contrato e 31 de Dezembro de 2022, inclusive, ou até se mostrar esgotado o preço globalmente fixado no contrato, consoante o que ocorrer primeiro.

Capítulo II | Obrigações contratuais

Secção I | Obrigações do locador

Cláusula 4.ª | Obrigações principais do locador

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o locador a obrigação de proceder à locação de palcos, assim como à sua montagem e desmontagem, nos locais e datas a indicar oportunamente pela entidade adjudicante, de acordo com as características e especificações técnicas previstas no presente Caderno de Encargos e no seu anexo I, podendo a quantidade constante do anexo I sofrer alterações relativamente à distribuição por cada mês, mantendo-se contudo fixa quanto ao número de palcos a locar (65).

2 – Deverão ser considerados incluídos na execução do contrato todos os trabalhos e materiais necessários ao funcionamento dos bens, tendo em conta todos os seus aspetos, nomeadamente ao nível estético, da funcionalidade, da segurança e ainda a observância de normas ou legislação em vigor.

Cláusula 5.ª | Conformidade e garantia técnica



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

O locador fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Vila do Conde em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Secção II | Obrigações do Município de Vila do Conde

Cláusula 6.^a | Preço base e Preço contratual

1 – Para efeitos do nº 1 do artigo 47º do CCP, o preço base é de € 64.000,00 (Sessenta e Quatro Mil Euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 – Pela locação dos palcos identificados no anexo I do presente Caderno de Encargos, assim como pela sua montagem e desmontagem, objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila do Conde deve pagar ao locador o preço constante na referida proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Vila do Conde, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para os respetivos locais de instalação situados na área geográfica do concelho de Vila do Conde e que serão oportunamente indicados pela entidade adjudicante, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 7.^a | Condições de pagamento

1 – A quantia devida pelo Município de Vila do Conde, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga mensalmente, no prazo de 30 dias, após a receção pelo Município de Vila do Conde das respetivas faturas, as quais deverão refletir o número de palcos locados em cada mês, assim como o serviço de montagem e desmontagem.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

2 – Em caso de discordância por parte do Município de Vila do Conde, quanto ao valor indicado nas faturas, deve este comunicar ao locador, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o locador obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 8.^a | Seguros

1 – O locador obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, obrigando-se a mantê-la em vigor durante o período de execução do contrato.

2 – O locador obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

3 – O Município de Vila do Conde, pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos nos números anteriores.

Capítulo III | Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 9^a | Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento das datas e prazos de execução do contrato, o Município de Vila do Conde pode exigir do adjudicatário o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa até 1% do valor do contrato, por cada dia de atraso.

2 – Poderá ainda o Município aplicar sanções pecuniárias pelo incumprimento de outras especificações definidas para a execução do contrato, não podendo o valor acumulado das mesmas exceder 5% do preço contratual e quando este limite seja atingido e a Câmara Municipal de Vila do Conde devida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

público, aquele limite é elevado para 10%, de acordo com o definido no artigo 329º do Código dos Contratos Públicos.

3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Vila do Conde terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

4 – A Câmara Municipal de Vila do Conde pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Vila do Conde exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do adjudicatário.

Cláusula 10.^a | Força Maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao locador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada e justificada à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecimento da situação.

3 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.^a | Resolução por parte do Município de Vila do Conde



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Vila do Conde pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o locador violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao locador.

Capítulo IV | Resolução de litígios

Cláusula 12.^a | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V | Disposições finais

Cláusula 13.^a | Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo locador e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 14.^a | Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 15.^a | Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 16.^a | Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO I

Locação, Montagem e Desmontagem de Palcos para o ano de 2022

	Palco10x12	Palco 10x8	Palco 7,5x6.5	Palco 3.5x1.5	
Maio		2			
Junho	3	8	2	1	
Julho	5	10	2		
Agosto	5	10	4	4	
Setembro	2	3	2		
Outubro					
Novembro		1			
Dezembro		1			
Total	15	35	10	5	

Vila do Conde, 22/04/2022

O Presidente da Câmara Municipal,

Vítor Costa, Prof. Doutor